

Superior Tribunal de Justiça

RCD no HABEAS CORPUS Nº 537.436 - SP (2019/0297819-0)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
REQUERENTE : WILIANS ALVES EVANGELISTA
ADVOGADOS : PALOMA SILVA DE SOUZA LIMA - BA050136
ANA CAROLINE SILVA VICTOR - BA060333
SIMONE SANTANA DA CRUZ - BA042541
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A REGIÃO

EMENTA

PEDIDO DE *HABEAS CORPUS* INDEFERIDO LIMINARMENTE. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. SUPERVENIENTE JUNTADA DE DOCUMENTOS. IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO *DECISUM*. ROUBO, FURTO E RESISTÊNCIA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. ALTERAÇÃO DO REGIME PRISIONAL PARA SEMIABERTO. PENA ACIMA DE 8 ANOS DE RECLUSÃO. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. Pedido de reconsideração indeferido.

DECISÃO

Indeferi liminarmente a petição de *habeas corpus* feita em nome de **Wilians Alves Evangelista**, diante da deficiente instrução do pedido (fl. 14).

Sobrevieram pedido de reconsideração (fls. 17/19) e juntada do acórdão da apelação (fls. 20/57), de cópia da sentença (fls. 58/66) e da subsequente decisão de embargos de declaração (fls. 66/67).

Mesmo que se entenda, agora, que os documentos juntados permitem a compreensão do caso, não há modificação do resultado. O indeferimento liminar do *writ* se mantém, só que por fundamento diverso.

Com efeito, é inviável, neste âmbito, a pretensão das impetrantes de reconhecimento de que a intenção do paciente em questão foi única e exclusivamente, no caso em apreço, de assaltar/roubar e de que *o furto e a residência nada mais foram do que um desdobramento do crime principal* (fl. 5).

Ora, o exame da possibilidade de aplicação do princípio da consunção

Superior Tribunal de Justiça

demanda extensa dilação probatória, procedimento incompatível com a via eleita – remédio constitucional de rito célere – especialmente quando não há nem mesmo o delineamento fático feito pelo titular da ação penal em exordial acusatória (HC n. 497.012/RS, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 27/5/2019).

Quanto ao regime, inexistente manifesta ilegalidade, não haveria o que modificar diante do *quantum* de pena aplicado, superior a 8 anos de reclusão.

Indefiro o pedido de reconsideração.

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

